

A PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Alaíde Pereira Japecanga AREDES¹

RESUMO: Neste artigo procuramos demonstrar que os alunos devem ser considerados atores protagonistas no interior da escola pública, pois são eles, juntamente com o professor, que vivenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o corpo discente necessita participar da construção do projeto pedagógico da escola. Destacamos que o local mais indicado para esta participação é o Conselho Escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Participação Discente; Projeto Pedagógico Coletivo; Conselho Escolar

ABSTRACT: THE PARTICIPATION OF STUDENTS IN THE PEDAGOGICAL PROJECT OF THE SCHOOL.

In this article we tried to demonstrate that the students should be considered actors protagonists inside the public school, because they are, together with the teacher, the ones that experiment directly the teaching-learning process. In that sense, the students need to participate in the construction of the pedagogic project of the school. We highlighted that the more indicated place for this participation it is the School Board.

KEY WORDS: Student Participation; Collective Pedagogic Project; Scholl Board

PROJETO PEDAGÓGICO COLETIVO NA ESCOLA PÚBLICA

A escola pública precisa urgentemente fazer seu projeto pedagógico. Esta é uma afirmação que já está se tornando comum no cenário educacional brasileiro. A idéia da qualidade de ensino está fortemente associada à idéia de construção deste projeto.

Por outro lado, alerta-nos Barroso (1992, p. 19-20), que tal projeto não pode se tornar uma panacéia para os problemas da escola, muito embora possa trazer benefícios a ela. Segundo este autor, conhecer as potencialidades e limites do projeto pedagógico implica *...situá-lo num contexto mais técnico, enquanto fase do próprio processo de planificação e gestão de uma organização.*

Dessa forma, é preciso existir um trabalho que precede o planejamento das atividades, ou seja, identificar os grandes princípios que norteiam a escola, estabelecer as metas que poderão ser atingidas e em seguida, apontar as prioridades. Neste processo, a identidade dos profissionais vai sendo construída, dando origem à própria identidade da escola. Na realidade, o projeto pedagógico acaba se tornando um documento no qual são identificados os princípios, os valores, as prioridades da instituição. É uma espécie de carta de apresentação e de constituição da escola. É o

documento que traduz o acordo político desta em relação às suas ações.

Em suma, o projeto pedagógico, neste contexto, possibilita uma escola orientada para a ação e para o futuro. Na verdade, parte-se do princípio de que para a construção de qualquer projeto educativo, na expressão de Barroso (1992), é necessário que seja feito um diagnóstico da escola.

A construção do projeto pedagógico está intimamente ligada à construção da autonomia da escola. Na realidade, a autonomia se torna pré-requisito para a realização do referido projeto. Para tanto, é preciso que os profissionais do ensino atuem como atores reflexivos. Sugere Schön (1990), o triplo movimento, isto é, da reflexão na ação, da reflexão sobre a ação e da reflexão sobre a reflexão na ação, enquanto constituinte do professor como profissional autônomo.

Nóvoa (1992, p. 25), propõe a denominação crítico-reflexiva que *fomeça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de formação auto-participada.*

Em um outro momento defende Nóvoa (1995, p. 17-8), a descentralização do ensino. Segundo ele, é o que permite modernizar a educação escolar e fazer das escolas espaços de

¹ Doutoranda do curso de Pós-Graduação - Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - 18400-000 - Marília - Estado de São Paulo - Brasil.

formação. Estas precisam de mobilidade, flexibilidade para driblar o sistema burocrático e administrativo que as tem deixado sem ação. "O poder de decisão deve estar mais próximo dos centros de intervenção, responsabilizando diretamente os atores educativos". É importante frisar que descentralizar, para aquele autor, é possibilitar nas escolas, espaços de autonomia pedagógica, curricular e profissional

Neste contexto, é possível afirmar que não há autonomia nas escolas sem o reconhecimento da autonomia dos indivíduos que a compõem. Neste sentido, a autonomia é coletiva. Em outras palavras, não existe projeto pedagógico que realmente esteja comprometido com a democratização da escola pública sem o trabalho coletivo.

Fusari (1993, p.70), define do seguinte modo esta forma de trabalho:

é o trabalho realizado por um grupo de pessoas- diretores, coordenadores, professores, funcionários, alunos, membros do Conselho de Escola e demais representantes da comunidade - que têm um compromisso com a causa da democratização da Educação Escolar no País, no município, no Estado, e que atuam com o objetivo de contribuir para assegurar o acesso do aluno à escola, sua permanência nela e melhoria da qualidade do ensino.

Na concepção de Fusari (1993, p. 71), o trabalho coletivo é desafiante, à medida que exige por parte dos atores educativos muito esforço, dedicação, disponibilidade, identificação, querer crescer, enfim, querer mudar, "querer participar do processo de criação de uma nova Escola, de uma nova sociedade". E nesse sentido, a construção do projeto pedagógico extrapola os muros da escola, já incorporando valores. É a realidade social como um todo. Na verdade,

...o que está em jogo nesta concepção de trabalho coletivo, é o próprio fortalecimento da sociedade civil em torno de alguns ideais democráticos, pela ótica dos interesses e necessidades das camadas majoritárias da população. (Fusari, 1993, p. 70)

Para Fusari (1993), os educadores devem e precisam ter clareza sobre a situação da unidade escolar. Acredita-se que eles necessitam conhecer cada detalhe da vida da escola, para então se inteirar dos problemas, podendo abraçar a causa por uma escola pública de qualidade, para todos.

Na realidade, trata-se de mobilizar os atores educativos a fim de que se estabeleça a identificação ou não para com este mundo que as vezes se torna um mundo estranho, principalmente para os alunos.

Dentro deste contexto, como e de que forma o aluno poderá participar? Ele deve participar do projeto pedagógico da escola? Como será esta participação?

A PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Num primeiro momento, acredita-se que deixar o aluno expressar-se e dar valor às suas expressões constitui-se em um grande passo. O aluno deve ter a oportunidade de manifestar suas insatisfações, seu modo de conceber a escola, porque a busca. Nesse sentido, deve-se deixar claro que na escola, o aluno é ator protagonista. Isso precisa ser consenso entre os demais pares. Em outras palavras, para se caminhar rumo a uma escola de qualidade, qualidade traduzida sob a ótica da classe dominada, ou seja, uma escola que trabalhe para que o saber sistematizado seja adquirido pelas classes trabalhadoras, apostando que este é o saber que permite o entendimento da realidade na qual se vive, se torna indispensável a participação do estudante.

Advogo a idéia de que deixar o aluno se expressar, obviamente valorizar sua expressão, é dar a ele a oportunidade de praticar a cidadania. Provavelmente, as idéias do corpo discente estarão confusas, fragmentadas, no dizer de Saviani (1994), *sincreticas*. Mas o professor, enquanto mediador, deverá possibilitar ao aluno a aquisição do conhecimento sistematizado, o que lhe permitirá a obtenção de uma visão mais organizada da realidade. Ter-se-á, assim, de acordo com aquele autor, alcançado a visão sintética.

A pedagogia da expressão poderá, além de facultar aos profissionais do ensino o conhecimento de seus alunos, de suas experiências, favorecer a oportunidade de fazer da escola uma esfera democrática, entendendo-a como uma instituição comprometida definitivamente com o saber, com o conhecimento, enfim, com o ensino indispensável, segundo Freire (1997)², para a intervenção na realidade condicionada. Há, portanto, a necessidade de se enxergar a escola como espaço de possibilidade no dizer de Giroux (1987, p. 56). Para este autor:

...Tanto as ideologias radicais como as conservadoras fracassam em compreender a necessidade de se considerar a política da expressão e representação em torno da

² Esta referência faz parte de uma entrevista concedida ao jornalista israelense Ethan Bronstein no dia 16 de abril de 1997. Foram publicados pela Folha de São Paulo no dia 4 de maio de 1997 os principais tópicos.

qual os alunos apreendem o significado de suas vidas e da escola

Do ponto de vista conservador, isto é perfeitamente compreensível, mesmo porque os conservadores adotam uma lógica instrumentalista e de controle em constante oposição à idéia de emancipação humana. Mas quando se trata dos teóricos radicais, Giroux (1987, p. 56) diz haver uma falha. Estes teóricos, *abandonaram a linguagem da possibilidade, em favor da linguagem da crítica*. Em outras palavras, tais teóricos fizeram a denúncia do caráter reprodutivo da escola, mas não se avançou no sentido de estabelecer algo que revertesse o quadro.

Considerar a escola como espaço de possibilidade significa, segundo Giroux (1987, p. 57), percebê-la:

Como uma instância onde formas particulares de conhecimento, de relações sociais e de valores pudessem ser ensinadas a fim de educar os alunos para tomar seu lugar na sociedade a partir de uma posição de fortalecimento e não a partir de uma subordinação econômica e ideológica.

Considerar ainda a escola pública como espaço de possibilidade, implica a existência de profissionais que sejam educadores intelectuais em detrimento do que são hoje, meros executores de tarefas advindas dos órgãos superiores. Em outras palavras, é a busca da escola que esteja engajada na luta pela construção de seu projeto pedagógico.

Por outro lado, argumentar a favor de uma escola que considere os interesses, necessidades e expectativas dos alunos é refleti-la como espaço de possibilidades, portanto, como esfera democrática, isto é, *como espaço onde as habilidades para a democracia possam ser praticadas, debatidas e analisadas* (Giroux 1987, p. 55). Mesmo porque, a escola que realiza o seu trabalho ignorando o mundo dos alunos, recusando-se a conhecê-los, desconsiderando suas formas de expressão, taxando-os de imaturos, irresponsáveis, baderneiros etc., efetivamente não está comprometida com sua especificidade: o ensino. Pode-se afirmar que uma escola assim organizada, definitivamente, pouco contribui com a classe trabalhadora.

É preciso estabelecer mecanismos de participação dos alunos na organização do trabalho na sala de aula, do contrário não haverá a participação do aluno no projeto pedagógico. Dizer que a sala de aula não é espaço para o aluno se expressar, falar o que sente, o que deseja, o que emperra, o que não consegue entender, é um

absurdo. Além disso, o aluno tem o direito de ser ouvido. Estamos na virada do milênio e continuamos mais fechados do que nunca, estagnados numa época, num tempo, achando que as crianças e os jovens devem ser educados como nós, na nossa época. Na maioria das vezes, os profissionais da escola pública fingem não ver o tempo passar e as mudanças acontecerem, querem acreditar que tudo não passa de uma miragem. É assim que se comportam em sua maioria, os professores brasileiros. Os problemas existem, mas sempre a culpa é do outro. Na sala de aula, especificamente, é do aluno, é ele que não tem interesse, não participa das aulas, não tem responsabilidade, não é de confiança, que é baderneiro, apático, por fim, são rotulados por clichês que realmente complicam a questão da participação discente e conseqüentemente a formação de seres humanos que sejam verdadeiros cidadãos.

Dar valor às expressões dos estudantes significa pensar numa nova escola, numa nova metodologia investida em democratizar o saber. E a participação, segundo Lima & Afonso (1990, p. 31) *representa um dos mais importantes instrumentos de realização da democracia*. Isso significa que para a efetivação da escola democrática é imprescindível a participação de todos, ou seja, os que estão direta ou indiretamente ligados à escola. Isso exigirá do corpo docente uma atuação diferente, ou seja, os trabalhadores do ensino deverão pensar suas práticas, rever seus procedimentos e atitudes, querer participar da criação desta nova escola, o que implica disponibilidade, vontade de crescer, vontade de contribuir para que os jovens e as crianças tenham acesso ao conhecimento sistematizado.

Mas como e onde o aluno pode participar? Sugere-se que o espaço mais adequado seja o Conselho Escolar. Porém, o que significa este órgão na escola pública hoje? Ele funciona? Como?

O CONSELHO ESCOLAR: O ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROJETO PEDAGÓGICO

De acordo com nossa experiência na escola pública é possível responder às questões acima. Na verdade, o Conselho Escolar é um espaço existente apenas na teoria. Na prática ele não funciona. Formalmente trata-se de um espaço democrático no qual os alunos e os pais destes terão voz e voto, podendo encaminhar discussões e decisões, mas na realidade o diretor é quem toma todas as decisões finais.

Para compreender esta problemática recorremos a Hutmacher (1995, p. 57). Lembra o autor que:

Os estabelecimentos de ensino fazem parte do mundo das organizações de tipo burocrático, devido ao seu

modo predominante de regulação e de exercício de poder.

Isso pode explicar por que no Conselho Escolar não se encaminha os possíveis problemas para juntos (alunos, professores, diretores, pais etc) pensarem numa solução. Na realidade, na escola tomam-se os cuidados para controlar as pessoas colocando para elas as regras e as ordens como legítimas, inquestionáveis. Neste tipo de organização a participação das pessoas não existe. E o Conselho Escolar situado dentro deste contexto também não é diferente, isto é, não há uma real participação principalmente dos alunos, aqueles cuja expressão é fortemente negada. Nota-se que a existência do conselho está vinculada ao caráter burocrático que define a organização da escola pública de ontem e de hoje. Isso impossibilita qualquer trabalho de conscientização como por exemplo, de mostrar para o aluno a importância da escola na sua vida pessoal e profissional, trazendo-o para a luta, assumindo sua responsabilidade.

E neste cenário em mutação o Conselho Escolar é de suma importância. Ele deve ser visto como Conselho de Escola Deliberativo, como órgão máximo de decisão no interior da escola. O que significa concordar com um Conselho onde exista a participação de pais e alunos, historicamente considerados como intrusos na prática pedagógica da escola?

Oliveira (1993, p. 120), dá uma resposta de maneira simples, mas bem adequada para o contexto:

... a existência do Conselho significa a afirmação de que nenhum setor detém a 'competência específica' para gerir a Escola. Significa, portanto, a difusão da visão de que o conjunto da 'comunidade escolar' está, cada setor com sua parcela, em condições de contribuir para a gestão coletiva da Escola.

No entanto, para que o Conselho Deliberativo funcione é necessário que os profissionais assumam funções de educadores. A preocupação central deve ser com o pedagógico. Dentro deste patamar o Conselho Escolar poderá dar seus primeiros passos no sentido de se tornar um espaço democrático que contribua para construir a proposta pedagógica da escola. Percebe-se que uma coisa depende da outra, isto é, para a existência concreta do Conselho Escolar, é necessário colocar a organização do tipo burocrático em favor da organização que permita o uso da autonomia por parte dos profissionais do ensino e dos alunos, de modo que estes possam pensar a escola, o seu modo de organizar o trabalho, a partilha das tarefas e das

responsabilidades, os recursos humanos e materiais de que se dispõe, a situação funcional dos professores, os espaços para discussões e debates (que devem ser ainda construídos), enfim, o estabelecimento de ensino com suas características próprias.

Na verdade, o aluno valorizará a escola e será valorizado por ela no dia em que conhecer o sentido do trabalho escolar. Percebe-se um grande desafio, mas melhor que falar sobre ele, é principiar a agir, para que não se torne grande demais e assim percamos todas as chances de se apostar na escola como uma instituição necessária que possa contribuir para o alcance da democracia.

PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROJETO PEDAGÓGICO: UMA IDÉIA QUE CAUSA CONFLITOS NO INTERIOR DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Na realidade, iremos relatar rapidamente uma experiência da qual participava, enquanto professora de uma escola pública, que pode ser considerada embrionária pois é uma experiência que foi iniciada no primeiro semestre de 1997. Trata-se de uma tentativa de construção do projeto pedagógico do curso de formação de professores³ para as séries iniciais - HEM (habilitação específica do magistério), no qual é imprescindível a participação do aluno. Desde o início, procurou-se deixar claro que a meta principal era o aluno, afinal é para ele que o curso deve existir.

De início, as ações pareciam caminhar tranquilamente, mas a partir do momento que os alunos começaram relatar suas opiniões, expectativas, desejos, dificuldades, sugestões etc, com relação ao curso que freqüentavam, principiamos os conflitos. A maioria do corpo docente não aceitava as informações dos alunos. Argumentavam eles que quem determina o que deve acontecer na sala de aula é o professor e não o aluno. Na verdade, percebeu-se que estes profissionais se sentiram invadidos, inseguros, quando o aluno começou a falar. Algo estava acontecendo. Observando o grupo de professores percebi que a causa principal para aquela reação estava na má formação acadêmica. Não estava claro para aqueles professores a especificidade da educação escolar, por conseguinte a idéia da construção de uma escola democrática onde é indispensável a participação efetiva de todos os atores, principalmente, o aluno.

³ Na realidade, trata-se de um trabalho em parceria com a Universidade. A Unesp (Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente), especificamente professores do Departamento de Educação, auxiliam no desenvolvimento do projeto. Cabe salientar que esse fato representa uma parte da universidade que está preocupada com a formação do educador. Acredito que estamos na nova tendência, ou seja, a formação do professor-reflexivo. É um trabalho que está possibilitando ao professor pensar sua prática.

Relatei esta experiência para demonstrar o desafio da participação discente, na construção do pedagógico de um curso, junto à participação docente. A partir do momento em que os profissionais do ensino trabalharem no sentido da construção da sociedade democrática, acredito que a participação do aluno será mais aceita. Segundo Luckesi:

Se o objetivo político da prática educativa é trabalhar na perspectiva da construção de um processo de democratização da sociedade, do ponto de vista educativo seu objetivo é trabalhar na perspectiva da construção do desenvolvimento da independência do educando, tendo em vista suas possibilidades de reciprocidade

e, conseqüentemente, de organização social, tendo como meta a equalização. (Luckesi, 1992, p. 90)

Para tanto, os profissionais envolvidos precisam adquirir o hábito de refletir, de pensar suas práticas, a fim de esclarecer o que, porque e para que desejam formar seus alunos.

Nesse contexto, é importante salientar que a sociedade brasileira, dentro do processo histórico de um país, não tem uma cultura de participação. Esta pode ser uma das explicações de toda problemática aludida ao longo deste texto, ou seja, a inexistência da participação discente, o que se constitui num desafio à realização do projeto pedagógico, que leve em consideração a palavra do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, João. **O estudo da autonomia da escola:** da autonomia decretada à autonomia construída. Lisboa: Universidade de Lisboa, s.d.
- BARROSO, João. Fazer da escola um projecto. In: CANÁRIO, Rui (Org.) **O projecto de escola.** Lisboa: EDUCA, 1992.
- FUSARI, José Cerchi. A construção da Proposta Educacional e do Trabalho Coletivo na Unidade Escolar. In: _____ **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública.** São Paulo: F.D.E., 1993. (Série Idéias 16).
- GIROUX, Henry. **Escola crítica e política cultural.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- HUTMACHER, Wallo. A escola em todos os seus estados: das políticas de sistema às estratégias de estabelecimento. 2. ed. In: Nóvoa, A. **As organizações escolares em análise.** Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- LIMA, Licínio C., AFONSÓ, Almerindo J. **Participação discente e socialização normativa na perspectiva de uma sociologia das organizações educativas.** S.l.: s.n., 1990. (Aprender 11).
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Subsídios para a Organização do Trabalho Docente. In: _____ **A didática e a escola de 1º grau.** São Paulo: F.D.E., 1991. (Série Idéias 11).
- NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: _____ **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- NÓVOA, Antônio. Para uma análise das instituições escolares. 2. ed. In: _____ **As organizações escolares em análise.** Lisboa, Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela. A organização do trabalho como fundamento da administração escolar: uma contribuição ao debate sobre a gestão democrática da escola. In: _____ **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública.** São Paulo: F.D.E., 1993. (Série Idéias, 16).
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1994.
- SCHÖN, D. A. **Educating the reflective practitioner.** San Francisco: Jossey - Bass, 1990.